

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA

30ª VARA CRIMINAL

Av. Dr. Abrahão Ribeiro, 313 – Rua 10 – Sala 774 – Barra Funda

CEP: 01133-020- São Paulo/SP

Telefone: (11) 2127-9060- E-mail: sp30cr@tjsp.jus.br

Processo nº 1542355-92.2023.8.26.0050 - Controle nº 2023/001205

Vistos.

**ROGERIO CARDOSO JUNIOR**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 32, §1º-A, da lei 9.605/98, por duas vezes e no artigo 129, §3º, do Código Penal, porque no 16 de outubro de 2023, por volta das 18h00min, na rua Desembargador do Vale, nº 333, Perdizes, nesta Capital, **ROGÉRIO CARDOSO JUNIOR**, qualificado à fl. 40, praticou, por duas vezes, maus-tratos contra animais domésticos, mais especificamente, dois cães, ambos da raça Wesh Corgi.

Consta dos autos, também, que, nas mesmas circunstâncias de tempo e local, o denunciado **ROGÉRIO CARDOSO JUNIOR** ofendeu a integridade corporal da vítima Caroline Zanin Martins, por razões da condição do sexo feminino, resultando lesões corporais de natureza leve na ofendida, consistente em “escoriação na região lateral da perna direita (2cm x 1cm)”, conforme laudo de fls. 33/34.

A denúncia foi recebida (fls. 85), o acusado constituiu defensor e apresentou defesa prévia (fls. 185/196).

**É o breve relatório.****DECIDO.**É o caso de **ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA** do réu.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA

30ª VARA CRIMINAL

Av. Dr. Abrahão Ribeiro, 313 – Rua 10 – Sala 774 – Barra Funda

CEP: 01133-020- São Paulo/SP

Telefone: (11) 2127-9060- E-mail: sp30cr@tjsp.jus.br

Respeitado o entendimento do douto representante do Ministério Público, entendo que é o caso de absolvição sumária do acusado, por atipicidade.

Com efeito, tem-se que pelas imagens deflagradas de fls. 117/122, é possível constatar que o réu estava caminhando normalmente e que foram os dois cachorros que se aproximaram do réu sem qualquer contenção por parte da vítima e, em seguida, pelas imagens de fls. 123/125, somente após o ataque dos dois cachorros à pessoa do réu, o qual foi atingido na medida em que os cachorros puxaram sua bermuda (fl. 176), é que a vítima procede à contenção de seus dois cachorros e caminha mais a frente até a portaria de seu prédio, ficando o réu para trás.

Acontece que, após essa situação, o réu continuou seu caminho e se deparou novamente com a vítima e seus dois cachorros, os quais avançaram novamente na pessoa do réu (imagens de fls. 134/142).

Nota-se que a corda da coleira dos dois cachorros estava frouxa e a vítima não conteve e não teve nenhum cuidado na contenção de projeção do ataque de seus cachorros, sendo que a vítima mesmo percebendo que seus dois cachorros foram em direção do réu, não os conteve, conforme se vê claramente pelas imagens de fls. 135/136.

Nesse ínterim, percebendo novamente a projeção de ataque dos dois cachorros, o réu se antecipou e desferiu um chute em contra-ataque à ação dos cachorros, segundo cristalina imagem de fls. 138/140, sendo que os demais chutes do réu se deram nesse mesmo contexto: a de afastar o ataque dos cachorros.

Assim, mister se faz reconhecer que a ação do réu está amparada pelo estado de necessidade (artigo 24 do Código Penal), em face do iminente ataque dos dois cachorros, decorrente da desídia e negligência da vítima.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA

30ª VARA CRIMINAL

Av. Dr. Abrahão Ribeiro, 313 – Rua 10 – Sala 774 – Barra Funda

CEP: 01133-020- São Paulo/SP

Telefone: (11) 2127-9060- E-mail: sp30cr@tjsp.jus.br

De outro giro, necessário instar que, em nenhum momento, pelas imagens deflagradas, é possível constatar a ofensa da integridade física da vítima pelo réu, o qual sequer encostou na vítima e nem mesmo se projetou na direção dela.

Percebe-se, pois, que nada de concreto foi apresentado em juízo que, efetivamente, pudesse evidenciar qualquer agressão sofrida pela vítima e que seria objeto do direito penal.

Desse modo, os fatos narrados quanto à agressão física carecem de tipicidade, eis que a conduta da denunciada não se enquadra no tipo penal objetivo.

Não se trata de acobertar a conduta do réu, mas sim de avaliar que a situação fática não se enquadra como ilícito penal quando muito em um ilícito civil, na proporção em que será verificado eventual dano moral em decorrência da ação do réu.

Nesse sentido, tem-se que o Direito Penal deve se ocupar com questões em que as sanções civis e administrativas se mostrarem insuficientes para a repressão e prevenção do ato tido como ilícito, nos moldes do princípio da intervenção mínima e da proporcionalidade.

Acrescente-se, por fim, o ensinamento de Maria Tereza da Rocha Assis Moura acerca da justa causa para a ação penal:

"A justa causa para a ação penal condenatória, no Direito brasileiro, corresponde ao fundamento da acusação (...) é a presença de fundamento de fato e de Direito para acusar, divisando mínima probabilidade de acusação, na qual se baseia o juízo de acusação (...) é a falta desses elementos, que torna impossível submeter alguém ao processo criminal, porque nem sequer haveria probabilidade de condenação (...) A aferição da justa causa, ou seja, da justa razão ou da razão suficiente para a instauração

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA

30ª VARA CRIMINAL

Av. Dr. Abrahão Ribeiro, 313 – Rua 10 – Sala 774 – Barra Funda

CEP: 01133-020- São Paulo/SP

Telefone: (11) 2127-9060- E-mail: sp30cr@tjsp.jus.br

da ação penal, não se faz apenas de maneira abstrata, vale dizer, em tese; mas, também e de maneira primordial, em hipótese, alicerçada na conjugação dos elementos que demonstrem a existência de fundamento de fato e de Direito (...) A existência de fundamento de fato pressupõe que a denúncia ou queixa guarde fidelidade com o inquérito policial ou elementos de informação, relacionados com a existência material de fato, no caso concreto, típico e ilícito, indícios suficientes de autoria, e um mínimo de culpabilidade...A justa causa para a ação penal de natureza condenatória, no Direito brasileiro, não sobressai apenas dos elementos formais da acusação, mas, também e de modo principal, de sua fidelidade para com a prova que demonstre a legitimidade da acusação. Desta conclusão emana que não basta que a peça acusatória impute ao acusado conduta típica, ilícita e culpável. A denúncia ou queixa deve guardar ressonância e estrita fidelidade aos elementos que lhe dão arrimo, sem o que não passará de ato arbitrário, autoritário, que a ordem jurídica não pode tolerar" (Justa Causa para a Ação Penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001, p. 291/292)".

Ante o exposto, **ABSOLVO SUMARIAMENTE** o réu **ROGERIO CARDOSO JUNIOR**, qualificado nos autos, de estar incurso no artigo 32, §1º-A, da lei 9.605/98, por duas vezes, com fundamento no artigo 397, inciso II do Código de Processo Penal; e de estar incurso no artigo 129, §3º, do Código Penal com fundamento no artigo 397, inciso III do Código de Processo Penal.

P.R.I.C.

São Paulo, 18 de dezembro de 2023.

Juiz de Direito: Dr. **Isaura Cristina Barreira**